

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA  
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS - SBF

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT  
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq

## **ANEXOS**

**EDITAL: PROBIO 03/2004**

“Levantamento dos remanescentes da cobertura vegetal do bioma mata atlântica”

<b>Tabela 1 - Iniciativas de mapeamento no bioma mata atlântica</b>				
	<b>Projetos</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Produtos</b>	<b>Instituição executora</b>
<b>1</b>	<b>Ações Prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos</b>	Identificar as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade	-Mapa síntese das áreas prioritárias para conservação da Mata Atlântica e Campos Sulinos - Listagem das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos	Conservação Internacional
<b>2</b>	<b>Atlas da evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados da Mata Atlântica no período 1990-2000</b>	Estudo da dinâmica dos remanescentes florestais e ecossistemas associados (vegetação de restinga e mangue) do Domínio Mata Atlântica das áreas dos dez estados, da Bahia ao Rio Grande do Sul	-Mapa dos remanescentes florestais e ecossistemas associados do Domínio Mata Atlântica	SOS Mata Atlântica INPE
<b>3</b>	<b>Ecorregiões da Mata Atlântica</b>	Visão de Biodiversidade da Ecoregião Alto Paraná		WWF
<b>4</b>	<b>Levantamento das áreas remanescentes do bioma mata atlântica nos estados de PB e RN</b>	Realizar o mapeamento dos remanescentes de Mata Atlântica e seus ecossistemas associados nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte	Mapas dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no DMA na PB e RN e Sistema de informações Geográficas SIG	SNE
<b>5</b>	<b>Levantamento das áreas remanescentes do bioma mata atlântica nos estados de PI e CE</b>	Realizar o mapeamento dos remanescentes de Mata Atlântica e seus ecossistemas associados nos Estados da Piauí e Ceará	Mapas dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no DMA No PI e CE e Sistema de informações Geográficas SIG	SNE

<sup>1</sup> Essa Comissão é presidida pelo Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente e formada por um representante dos seguintes órgãos e organizações da sociedade civil: a) Ministério do Meio Ambiente - MMA; b) Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT; c) Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA; d) Ministério da Saúde - MS; e) Ministério das Relações Exteriores - MRE; f) Ministério do Orçamento e Gestão - MOG; g) Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; h) Ministério da Integração Nacional -MI; i) Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA; j) Comunidade acadêmica, indicado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC comunidade acadêmica, indicado pela Academia Brasileira de Ciências - ABC; k) Organizações não-governamentais ambientalistas, indicado pelo Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e para o Desenvolvimento; l) Movimentos sociais, indicado pelo Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e para o Desenvolvimento; m) Povos indígenas, indicado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia - COIAB; n) Setores empresariais vinculados à agricultura, indicado pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA; e o) Setores empresariais vinculados à indústria, indicado pela Confederação Nacional da Indústria - CNI.

6	<b>Levantamento das áreas remanescentes do bioma mata atlântica nos estados de PE, AL e SE</b>	Realizar o mapeamento dos remanescentes de Mata Atlântica e seus ecossistemas associados nos Estados da Pernambuco, Alagoas e Sergipe	Mapas dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no DMA em PE, AL e SE e Sistema de informações Geográficas SIG	Proponente SNE
---	--	---	---	----------------

...cont.

**Tabela 1 - Iniciativas de mapeamento no bioma mata atlântica**

	<b>Projetos</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Produtos</b>	<b>Instituição executora</b>
7	<b>Levantamento de remanescentes florestais da Mata Atlântica</b>	Período 1990-1995		SOS Mata Atlântica
8	<b>Levantamento de remanescentes florestais da Mata Atlântica</b>	Período 1995-2000		SOS Mata Atlântica
9	<b>Análise de áreas prioritárias (Probio) e priorização para iniciativas de conservação ambiental</b>	Definir áreas prioritárias (Probio, 2000) para iniciativas de conservação.	Definição de classes de vegetação por área prioritária do Probio como nível de prioridade 1, 2 ou 3, para receberem ações da TNC e parceiros	The Nature Conservancy do Brasil, Programa Floresta Atlântica
10	<b>Análise de áreas prioritárias (Probio) e priorização para iniciativas de conservação ambiental</b>	Definir áreas prioritárias (Probio, 2000) para iniciativas de conservação.	Definição de classes de vegetação por área prioritária do Probio como nível de prioridade 1, 2 ou 3, para receberem ações da TNC e parceiros	The Nature Conservancy do Brasil, Programas Floresta Atlântica e Savanas Centrais
11	<b>Diagnóstico Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga/SP</b>	Produzir e atualizar informações sobre: uso do solo (anos 1989, 1999 e 2003)	Mapa-pôster síntese da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga, com as principais informações produzidas Relatório técnico completo (em formato) Sistema de Informação Geográfica	Instituto Socioambiental
12	<b>Diagnóstico Socioambiental das Bacias Hidrográficas do Sistema Cantareira/SP e MG</b>	Produzir e atualizar informações sobre: uso do solo (anos 1989, 1999 e 2003)	Mapa-pôster síntese do Sistema Cantareira com as principais informações produzidas Relatório técnico completo (em formato) Sistema de Informação Geográfica	Instituto Socioambiental

13	<b>Conservação Bioma Floresta com Araucária - Paraná</b>	Mapear, e avaliar, do ponto de biodiversidade, os fragmentos florestais do Bioma da Floresta com Araucária, com a caracterização dos aspectos sócio-econômicos.	3 cartas temáticas: Mapa da vegetação, da biodiversidade; e de áreas prioritárias a conservação do Bioma Floresta com Araucária na escala 1:100.000	Fundação de pesquisas florestais do Paraná - FUPEF
----	--	---	---	--

**ANEXO II - MANUAL PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS**

## A. APRESENTAÇÃO

Este Manual é parte integrante do Edital PROBIO 03/2004 e refere-se à elaboração de propostas com vistas ao financiamento de projeto para "**LEVANTAMENTO DOS REMANESCENTES DO BIOMA MATA ATLÂNTICA**".

Aqui são apresentados as instruções e procedimentos que deverão ser seguidos para a formalização de propostas, conforme determinado por seu Edital.

Será selecionada uma proposta para o levantamento dos remanescentes do bioma mata atlântica, gerando subsídios para a formulação de políticas públicas para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica no país.

O projeto é o instrumento de apoio financeiro do PROBIO, devendo atender às especificações determinadas no Edital.

O apoio à proposta selecionada está condicionado à verificação prévia, análise técnica e julgamento, de acordo com critérios definidos no Edital. Será escolhida uma proposta para celebração de convênio.

Todas as informações fornecidas pelos proponentes serão mantidas em caráter reservado e serão usadas exclusivamente no âmbito da Secretaria Técnica do PROBIO e do CNPq.

De acordo com o nível de participação no projeto, as instituições serão consideradas como **proponentes** ou **parceiras**. É considerada instituição proponente a pessoa jurídica que apresenta o projeto, em resposta ao Edital de seleção. O proponente é, necessariamente, uma pessoa jurídica cujo responsável legal assinará a proposta.

Cada **projeto** terá apenas e somente **uma instituição proponente**, conforme a definição acima, não havendo limitação para o número de instituições parceiras.

Em caso de aprovação da proposta, a instituição proponente assinará o termo de convênio ou instrumento de repasse congênere com o CNPq, tornando-se responsável pela execução do convênio e pela administração do projeto, assumindo ainda a responsabilidade pelo aporte dos recursos de contrapartida.

Outras instituições participantes serão consideradas como parceiras, integrando a execução do projeto, em todo ou parte, não respondendo, entretanto pela execução do mesmo, nem recebendo recursos ou adquirindo direitos diretamente do CNPq. As instituições parceiras se reportarão unicamente à instituição proponente que as incluir como tal no projeto.

Os projetos deverão ser remetidos, **obrigatoriamente**, por serviço postal, em envelopes lacrados, postados até **26/10/2004** à Secretaria Técnica do PROBIO.

O encaminhamento da proposta deverá ser feito por meio de expediente formal assinado pelo representante legal da instituição proponente.

No envelope deverá constar claramente a seguinte referência: **PROBIO: PROPOSTA DE PROJETO PARA LEVANTAMENTO DOS REMANESCENTES DO BIOMA MATA ATLÂNTICA**.

A remessa pelo serviço postal deverá ser feita mediante registro e acompanhada de formulário, preenchido com o nome e endereço da proponente, que permita a comprovação de seu recebimento por parte da Secretaria Técnica do PROBIO.

**Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - PROBIO**

**SCEN Trecho 2, Edifício Sede do IBAMA, Bloco H**

**CEP 70.818-900 - Brasília - DF**

**Telefones: (61) 325-3989 Fax: (61) 325-5769**

**Correio eletrônico: [probio@mma.gov.br/probio](mailto:probio@mma.gov.br) Endereço eletrônico: <http://www.mma.gov.br>**

Em caso de dúvidas, a Secretaria Técnica do PROBIO fornecerá os esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio dos endereços fornecidos acima.

## **B. ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS**

Visando auxiliar neste processo de planejamento, apresenta-se a seguir o Roteiro para Elaboração de Projetos, composto das seguintes seções:

- B1. Resumo da Proposta (título, dados das instituições proponente e parceiras e dados gerais).
- B2. Pré-diagnóstico das iniciativas referentes ao bioma escolhido.
- B3. Objetivos.
- B4. Atividades, Tarefas e Cronograma de execução.
- B5. Metodologia detalhada para cada atividade.
- B6. Orçamento detalhado.
- B7. Resultados e impactos esperados.
- B8. Riscos e dificuldades.
- B9. Referências Bibliográficas.
- B10. Equipe técnica.
- B11. Equipe Administrativa.
- B12. Anexos.

B1. Resumo da Proposta (título, instituição proponente, instituições parceiras e dados gerais)

### **Título**

Apresente o título do projeto deverá ser representativo das principais tarefas que o projeto realizará.

O título é o menor resumo do projeto e deve sintetizar o seu aspecto essencial. Não deve ser confundido ou reduzido a uma atividade-meio ou meta, mas expressar o propósito maior ou mais relevante do projeto.

### **Dados das instituições proponentes e parceiras**

#### **Instituição**

Citar nome completo, sigla, CGC ou CNPJ, endereço postal, telefone, fax, correio e endereço eletrônico de cada instituição.

#### **Caracterização das Atividades Desenvolvidas**

Breve histórico da área de atuação e tempo de envolvimento.

#### **Representante Legal**

Apresentar o nome do representante legal da instituição, seu cargo/função, CPF, número do Registro Geral (RG) endereço completo, telefone, fax e correio eletrônico.

#### **Coordenador do Projeto**

Apresentar o nome do coordenador técnico do projeto, endereço completo, telefone, fax, correio eletrônico. (Obs: O coordenador do projeto deverá pertencer a qualquer uma das instituições que integram a proposta).

#### **Dados Gerais**

### Limites do Bioma

Será considerado o limite dos biomas estabelecido pelo IBGE (Mapa dos biomas brasileiros – 2004) que, mediante solicitação, serão fornecidos pelo PROBIO em meio digital para a elaboração da proposta de projeto.

### Duração do projeto

Indique a duração do projeto, em meses (no máximo 8 meses).

### Resumo do projeto

Apresentar um resumo do projeto (máximo de 30 linhas), destacando as iniciativas de mapeamento existentes na mata atlântica, o objetivo principal do projeto, os pontos principais da metodologia e os resultados esperados.

### Resumo do orçamento do projeto

Apresentar o resumo orçamentário do projeto, transcrevendo os valores do Orçamento do Projeto.

Resumo do Orçamento	Percentual (%)	Valor (R\$)
Valor total solicitado ao Ministério do Meio Ambiente		
Valor solicitado ao Ministério do Meio Ambiente (despesas correntes)		
Valor solicitado ao Ministério do Meio Ambiente (despesas de capital)		
Valor Total da Contrapartida		
Contrapartida (financeira)		
Contrapartida (bens economicamente mensuráveis)		
<b>Valor Total da Proposta</b>		

### B.2. Pré-diagnóstico

Elaborar um histórico das iniciativas de mapeamento já desenvolvidas e em desenvolvimento no bioma mata atlântica, destacando os objetivos, produtos, instituições executoras, apoio financeiro, escalas de estudo e de apresentação, data das imagens de satélite utilizadas e dos levantamentos, formatação e disponibilidade das informações.

### B.3. Objetivos

Os objetivos devem ser expressos de forma clara e realista. As proposições devem ser viáveis e atender às expectativas da realização dos mapeamentos.

O Objetivo Geral apresentará correspondência com a situação final pretendida.

Os Objetivos Específicos deverão apresentar correspondência com as atividades a serem realizadas.

### B.4. Atividades, Tarefas e Cronograma de execução

Preencher o Quadro G1, apresentando os Objetivos Específicos, as Atividades, seus produtos esperados, as tarefas planejadas e seu período de execução.

Relacione as tarefas necessárias para o alcance da atividade e apresente seu período de execução, nas quadrículas correspondentes a cada mês. Considere como 1º (primeiro) mês aquele do início da execução do projeto.



## B.5. Metodologia detalhada para cada atividade

Detalhar, para cada atividade as metodologias e procedimentos, os quais devem apresentar rigorosa coerência e consistência com a solução buscada para o problema específico, considerando:

- os métodos e técnicas adotados e sua contribuição para o alcance da atividade;
- recursos materiais e humanos que serão empregados na realização da atividade, informando como e com o quê será realizada cada atividade;
- a descrição das ações a serem desenvolvidas pela equipe técnica da proponente e/ou instituição parceira.

## B.6. Orçamento detalhado

O orçamento deverá ser compatível com as ações programadas. Sua apresentação será feita em planilhas específicas, apresentadas neste Manual.

Para cada atividade proposta, será desenvolvida uma memória de cálculo, envolvendo os itens do orçamento, código do elemento de despesa (ver Tabela 1), unidades de medida, quantidades e custos previstos e a origem dos recursos

No Quadro G2 o orçamento detalhará, por atividade, todas as despesas necessárias para a execução do projeto, classificadas por elemento de despesa (Tabela 1). No detalhamento do orçamento, faz-se necessário observar o seguinte:

- Passagens: informar a quantidade, a origem e o destino da viagem e finalidade.
- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Serviços de Consultoria – Física e Jurídica: descrever os serviços a serem realizados.
- Auxílio à pesquisa: utilizar a classificação da Tabela 2. Observar que o valor definido na tabela é mensal.
- Diárias: o valor unitário da diária deverá ser baseado na tabela de diárias da instituição proponente ou do serviço público federal.
- Não esquecer de incluir o valor de INSS a ser pago relativo a Serviços de Terceiros Pessoa Física e Serviços de Consultoria de Pessoa Física (20%).
- Não esquecer de incluir o valor da CPMF (0,38%).
- Equipamentos e bens permanentes: apresentar justificativa para aquisição de cada equipamentos e material permanente.
- A contrapartida deve ser calculada com base no valor solicitado, sendo que este deve representar 75% do valor total da proposta e a contrapartida deve representar 25% do valor total da proposta.

$$\text{Contrapartida} = \frac{\text{Valor Total} \times 25}{75} \text{ ou } \text{Contrapartida} = \frac{\text{Valor Total}}{3}$$

- A contrapartida das instituições privadas poderá ser composta por recursos financeiros próprios e/ou bens e serviços economicamente mensuráveis, considerando-se a proponente e as instituições parceiras.
- A contrapartida de instituições públicas não poderá ser em bens e serviços economicamente mensuráveis.
- Os bens economicamente mensuráveis devem ser detalhados e não poderão ser em pessoal. O pessoal das parceiras são qualificados como OST PJ.

## Consolidação da Programação Orçamentária

O Quadro G3 "Consolidação da Programação Orçamentária" é a síntese da programação financeira do projeto. Para preencher este quadro, basta somar os valores dos itens de despesa de mesma natureza, informados no Quadro G2, para todas as atividades previstas de acordo com as fontes financiadoras. (Exemplo: somar todos os valores programados de diárias, por fonte financiadora, em todas as atividades, e indicar este valor no Quadro G3).

As modalidades de contrapartida admissíveis, e seus respectivos códigos são:

- C1 - contrapartida oferecida em recursos financeiros. São valores, que deverão ser disponibilizados pela instituição proponente, ou instituições parceiras, de acordo com a "Consolidação da Programação Orçamentária". A verificação de seu emprego estará sujeita ao exame dos respectivos documentos fiscais de aquisição do bem ou contratação do serviço;

- C2 - contrapartida oferecida em bens e serviços, economicamente mensuráveis. Estes itens poderão ser providos pela instituição privada proponente ou instituições parceiras. Na comprovação de seu emprego será verificada a efetiva disponibilização ao projeto.

Equipamentos e instalações da instituição proponente ou instituições parceiras, utilizados no projeto podem ser apresentados como contrapartida em bens e serviços economicamente mensuráveis (C2). Neste caso esta contrapartida deverá ser apresentada como despesas correntes, indicando seu elemento de despesa como Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Para o cálculo dos bens economicamente mensuráveis estima-se o valor do aluguel de um bem com as mesmas características pelo tempo que será disponibilizado.

#### B.7. Resultados e impactos esperados

Explicitar e comentar os resultados e impactos esperados na execução das ações propostas.

#### B.8. Riscos e dificuldades

Explicitar e comentar os possíveis riscos e dificuldades que poderão interferir na execução das ações propostas, comprometendo o alcance dos resultados e dos objetivos preconizados. Explicitar as medidas previstas para evitar ou superar essas dificuldades.

Cabe destacar que a existência de um risco não é um aspecto negativo ou uma fragilidade do projeto, mas sim uma característica existente em todos os projetos. Contudo, não detectá-lo pode determinar uma série de problemas na execução do projeto e ainda, a não obtenção dos resultados esperados.

Desta forma, neste campo deverão ser avaliados todos os possíveis riscos existentes durante a execução do projeto, seu grau de importância e possíveis estratégias para minimizá-los ou, caso ocorram, possíveis alternativas. No quadro abaixo segue uma proposta de estruturação e avaliação dos riscos.

Riscos Identificados	Interferência provocada na ocorrência do risco	Relevância			Potencial de ocorrência			Estratégia para minimizá-los
		B	M	A	B	M	A	

B - Baixa; M - Média; A - Alta

#### B.9. Referências bibliográficas

Relacionar as obras de literatura citadas.

#### B.10. Equipe técnica

Relacionar, no Quadro G4, o nome do coordenador geral do projeto, seguido pelos demais profissionais da instituição proponente e instituições parceiras que comporão a equipe técnica de execução, identificando:

##### **Nome do profissional**

Indique o nome do profissional.

##### **Função no projeto**

Corresponde ao papel desempenhado pelo profissional no desenvolvimento das tarefas do projeto.

##### **Total de horas**

Número total de horas dedicadas pelo profissional ao projeto.

##### **Qualificação**

Corresponde à formação profissional do indivíduo. Quando se tratar de profissional de nível superior, é obrigatória a apresentação do currículo Lattes do pesquisador (formato disponível na página do CNPq na Internet: <http://www.cnpq.br>).

**Instituição empregadora**

Apresente a instituição com a qual o técnico mantém vínculo empregatício. Caso não possua vínculo, indicar o profissional como "autônomo".

**Fonte pagadora**

Indique a origem dos recursos destinados ao pagamento do profissional a serviço do projeto (proponente ou instituições parceiras). Quando se tratar de trabalho não remunerado, indique apenas como "voluntário".

**B.11. Equipe administrativa**

Identificar o responsável pela coordenação administrativa/financeira do projeto seguido pelos demais profissionais da instituição proponente e, se couber, das instituições parceiras que comporão a equipe administrativa, identificando:

**Nome do profissional**

Indique o nome do profissional.

**Função no projeto**

Corresponde ao papel desempenhado pelo profissional no desenvolvimento das tarefas do projeto.

**Total de horas**

Número total de horas dedicadas pelo profissional ao projeto.

**Qualificação**

Corresponde à formação profissional do indivíduo.

**Instituição empregadora**

Apresente a instituição com a qual o técnico mantém vínculo empregatício. Caso não possua vínculo, indicar o profissional como "autônomo"

**Fonte pagadora**

Indique a origem dos recursos destinados ao pagamento do profissional a serviço do projeto (especificar se proponente ou instituições parceiras). Quando se tratar de trabalho não remunerado, indique apenas como "voluntário".

**B.12. Anexos**

Indexar os documentos que integram o projeto como anexos.

São anexos obrigatórios ao projeto:

- termo individual de compromisso do coordenador e dos técnicos envolvidos com a proposta, declarando conhecimento completo do teor da proposta e se responsabilizando pela execução das obrigações que lhes cabem;
- documento(s) firmado(s) pelo(s) representante(s) da(s) instituição(s) parceira(s) declarando conhecer os termos da proposta e assumindo os compromissos ali discriminados;
- documentos de elegibilidade da instituição proponente.

São anexos facultativos:

- relatórios fotográficos;
- mapas;
- croquis;

**Tabela 1. Descrição dos elementos de Despesa**

<b>Categoria Econômica</b>	<b>Elemento de despesa</b>	<b>Sigla</b>	<b>Descrição</b>
<b>Despesas Correntes</b>	Pessoal	<b>PE</b>	Despesa com vencimentos/salário de pessoal com vínculo empregatício na instituição proponente ou instituições parceiras (somente contrapartida da instituição proponente privada).
	Diárias	<b>DI</b>	Despesas eventuais com alimentação, pousada e locomoção urbana de funcionário da instituição proponente, instituições parceiras, convidados ou contratados, que se deslocarem para outro município, a serviço do projeto.
	Material de Consumo	<b>MC</b>	Qualquer material de uso não duradouro a ser utilizado no projeto. Também são considerados ferramentas agrícolas e outros utensílios que sofrem desgaste acelerado em função de seu uso.
	Passagens e Despesas com Locomoção	<b>PL</b>	Despesas com aquisição de passagens (aéreas, terrestres, fluviais ou marítimas), taxas de embarque, seguros, fretamentos, locação ou uso de veículos para transporte de pessoas e suas respectivas bagagens.
	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	<b>OST-PF</b>	Despesas de serviços decorrentes de serviços prestados por pessoa física pagos diretamente a esta, tais como: remuneração de serviços de natureza eventual, prestado por pessoa física sem vínculo empregatício; monitores diretamente contratados; e outras despesas assemelhadas.
	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	<b>OST-PJ</b>	Despesas de serviços prestados por pessoas jurídicas, tais como: serviços de manutenção de veículos, seguro de veículos, serviços de gráfica, serviços de fotocópias, contrapartida economicamente mensurável, INSS, CPMF, etc.
	Serviços de Consultoria	<b>SC</b>	Despesas decorrentes de contratos com pessoas físicas ou jurídicas, prestadoras de serviços nas áreas de consultorias técnicas ou financeiras ou jurídicas
	Auxílio à Pesquisa	<b>BL</b>	Concessão de auxílio para o desenvolvimento de estudos e pesquisas de natureza científica, realizada por pessoas físicas, de acordo com o enquadramento descrito na Tabela 2.
<b>Despesas de Capital</b>	Equipamentos e Material Permanente	<b>EQ</b>	Equipamentos e materiais permanentes a serem adquiridos para realizar o projeto

**Tabela 2 – Descrição das categorias de auxílio a pesquisadores**

Modalidades Níveis	Crítérios de enquadramento	Valor Mensal
	<b>ITI - Iniciação Tecnológica Industrial (Longa duração no País)</b>	
ITI-1ª	Alunos de 3º grau; técnicos de nível médio com até 03 anos de formados.	R\$ 241,51
ITI-1B	Alunos de 2º grau e de escolas técnicas.	R\$ 161,00
	<b>DTI – Desenvolvimento Tecnológico Industrial (Longa duração no País)</b>	
DTI-7A	Técnico de nível superior com experiência mínima de 10 anos na coordenação de projetos de P&D tecnológico e/ou na implantação de processos gerenciais.	R\$ 3.169,37
DTI-7B	Técnico de nível superior com experiência mínima de 08 anos na coordenação de projetos de P&D tecnológico e/ou na implantação de processos gerenciais.	R\$ 2.630,58
DTI-7C	Técnico de nível superior com experiência mínima de 06 anos na coordenação de projetos de P&D tecnológico e/ou na implantação de processos gerenciais ou, com no mínimo 10 anos de experiência profissional.	R\$ 2.186,87
DTI-7D	Técnico de nível superior com experiência mínima de 04 anos na coordenação de projetos de P&D tecnológico e/ou na implantação de processos gerenciais, ou com, no mínimo, 08 anos de experiência profissional ou, com título de doutor.	R\$ 1.838,23
DTI-7E	Técnico de nível superior com experiência profissional mínima de 06 anos ou técnico de nível médio com o mínimo de 12 anos de experiência profissional.	R\$ 1.521,30
DTI-7F	Técnico de nível superior com experiência profissional mínima de 04 anos ou técnico de nível médio com o mínimo de 10 anos de experiência profissional; ou profissional mestre, titulado há, no mínimo, 02 anos.	R\$ 1.267,75
DTI-7G	Técnico de nível superior com mais de 02 anos de experiência profissional ou com título de mestre ou técnico de nível médio, com o mínimo de 06 anos de experiência .	R\$ 1.045,89
DTI-7H	Técnico de nível superior com até 02 anos de experiência profissional ( conclusão da graduação); técnicos de nível médio com 03 a 06 anos de experiência profissional (conclusão de curso)	R\$ 868,08
	<b>AT – Apoio Técnico (Longa duração no País)</b>	
AT – NM	Curso Técnico Completo	R\$ 241,51
AT – NS	Curso Superior Completo	R\$ 483,01

OBS: PARA O AUXILIO Á PESQUISA NA MODALIDADE DTI, EM SEUS DIVERSOS NÍVEIS, É OBRIGATÓRIA A DEDICAÇÃO EXCLUSIVA.

**OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:**

- Os projetos relativos ao Edital PROBIO 03/2004 poderão receber apoio do PROBIO para Despesas Correntes e Despesas de Capital.
- As instituições devem observar, nas suas normas internas, se não há restrições para a disponibilização de itens oferecidos como contrapartida, de modo a evitar problemas ou impedimento para a assinatura do convênio ou de instrumento congênere.
- A seguir são apresentados alguns exemplos de ações financiáveis:
  - Aquisição de veículos e equipamentos de informática;
  - Realização de viagens a campo para coleta de dados;
  - Realização de sobrevôos;
  - Divulgação dos resultados através de publicações;
  - Tratamento e interpretação de fotos aéreas e/ou de satélites;
  - Aquisição de equipamentos e materiais necessários para o mapeamento tais como mesa digitalizadora, GPS, “softwares”, monitores.

- Não serão apoiadas com os recursos disponibilizados pelo PROBIO as despesas referentes a:
- despesas a título de taxa de administração, coordenação, gerência e ou similar;
  - despesas referentes à elaboração da proposta apresentada;
  - gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional ao pessoal com vínculo empregatício com as instituições que propõem ou executam o projeto;
  - gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional aos integrantes das diretorias das instituições que propõem o projeto;
  - gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidores da administração pública ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
  - pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, decorrentes de pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
  - despesas com pessoal e obrigações patronais, exceto as decorrentes de serviços prestados por pessoas físicas, de natureza eventual, na execução do projeto;
  - pagamento de dividendos ou recuperação de capital investido;
  - compra de ações, debêntures ou outros valores mobiliários;
  - despesas gerais de manutenção das instituições proponentes ou executoras do projeto, como por exemplo contas de luz, telefone, etc.;
  - financiamento de dívida;
  - aquisição de bens móveis usados;
  - aquisição de bens imóveis;
  - realização de obras;
  - despesas com publicidade que contenham nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou pessoas, servidores ou não, das instituições proponentes ou executoras.

## **RECOMENDAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO E ENVIO DO PROJETO**

### 1. Antes e durante a elaboração do projeto:

- verificar se o projeto se enquadra no objeto do Edital.
- avaliar se as tarefas a serem desenvolvidas orientam-se à realização dos mapeamentos.
- verificar se o orçamento está compatível com as atividades propostas e se os valores solicitados e os oferecidos em contrapartida estão dentro dos limites estabelecidos no Edital.
- a literatura apresentada deve ser atual e consistente em relação ao problema.

### 2. Depois de elaborado o projeto e antes de encaminhá-lo ao PROBIO:

- rever se todos os itens do Manual de Apresentação de Projetos estão devidamente contemplados e na ordem correta.
- observar se os membros da equipe técnica principal assinaram o termo individual de compromisso declarando conhecimento completo do teor da proposta e se responsabilizando pela execução das obrigações que lhes cabem.
- observar se os representantes das instituições envolvidas firmaram documento declarando conhecimento completo da proposta e se responsabilizando pela execução das obrigações que lhes cabem.
- encaminhar 4 (quatro) vias impressas (uma original mais 3 cópias) do projeto completo, encadernadas, e o arquivo completo, em meio digital magnético (disquete 3 1/2" ou CD).
- conferir se a documentação requerida está completa e inclui os anexos solicitados.

### 3. Ao enviar o projeto

- as páginas devem ser numeradas seqüencialmente e o conjunto deve ser encadernado. As tabelas devem espelhar-se nos modelos apresentados neste Manual.
- verifique que ao projeto foram agregadas, no item Pré-diagnóstico da proposta de projeto e como anexos, informações pertinentes a respeito das iniciativas de mapeamento existentes no bioma selecionado no âmbito de cada proposta.

## C. PRODUTOS ESPERADOS

### C.1 PRODUTOS FINAIS

- **Mapas Finais na escala 1:250.000 (com recorte da cartas articuladas 1:250.000 do IBGE)** com as seguintes classes de vegetação e uso:
  - 1. Remanescentes da vegetação (por tipologia);
  - 2. Agricultura;
  - 3. Campo antrópico;
  - 4. Áreas urbanas;
  - 5. Reflorestamento.
- **Base de Dados** com bases temáticas em shapefile em arquivos correspondentes às cartas articuladas do IBGE/DSG na escala 1:250.000;
- **Cartas-imagem** do bioma escolhido com recorte das cartas 1:250.000 do IBGE;
- **Mapa síntese;**
- **Relatório Técnico.**

### OBSERVAÇÕES:

1- Nos mapas finais devem ser inseridas as bases cartográficas de hidrografia principal, divisão política e malha viária principal;

2- Para identificação dos remanescentes da vegetação natural por tipologia deve ser utilizado como base o mapa de vegetação do IBGE.

3- Na reunião de coordenação do PROBIO serão definidas, em conjunto com os subprojetos, as análises a serem realizadas com os produtos a serem produzidos.

### C.2 PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS

- **Mapa zero** com a consolidação das informações das iniciativas existentes no bioma mata atlântica em escala compatível com as informações disponíveis;
- **Mapa índice** das iniciativas existentes;
- **Sub-Mosaicos** de mapas.(Os sub-mosaicos reunirão, em cada um deles, 16 mapas finais mosaicados e serão utilizados para realização dos trabalhos da equipe de auditoria).

## D. PADRÕES TÉCNICOS PARA O MAPEAMENTO

Objetivando a homogeneização e o controle de qualidade dos produtos dos projetos de mapeamento dos remanescentes dos biomas (Editais PROBIO: 02/2004 e 03/2004) são elencados, a seguir, critérios técnicos básicos a serem seguidos por todos os projetos que devem, inclusive, constar da proposta de projeto apresentadas no âmbito de Edital, são eles:

- A unidade mínima de mapeamento (UMM) deverá ser  $\leq 40$  ha considerada a escala final 1:250.000.
- Os dados digitais para verificação deverão estar compatíveis no mínimo com a escala 1:100.000.
- Deverão ser reportadas as análises de acurácia de classificação (acurácia temática) tendo como limiar mínimo 85% de acerto (padrão internacional). Sugere-se a utilização de estatística Kappa.
- PEC (padrão de erro cartográfico) para escala de 1:250.000 é de 0,5 mm da escala, ou seja, 125 metros no terreno.
- Os arquivos shapefile referentes aos produtos entregues deverão apresentar consistência topológica (inexistência de sobreposição entre polígonos, de vazios entre polígonos, de polígonos com área zero, de laços nos arcos, de polígonos sem classe, etc.)
- Deverá ser utilizado o padrão de erro locacional de 0,5 sobre o fator de escala.
- A classificação de tipologia de vegetação deverá seguir o manual técnico de vegetação do IBGE.
- A edição das folhas impressas deverão seguir os padrões definidos pelo IBGE.
- Confeccionar carta-imagem formato digital (pdf) e impressa em composição R-3, G-4, B-5.
- Deverá ser entregue imagens recortadas segundo base IBGE contando com todas as bandas espectrais adquiridas
- Nível de georeferenciamento e aferição da qualidade de registro – A maior parte das imagens será entregue georeferenciada pelo PROBIO. As imagens da Amazônia legal foram cedidas pelo IBAMA e não estão georeferenciadas. Caberá às instituições o georeferenciamento destas.
- Projeção cartográfica: Geográfica e UTM, com Datum SAD 69. Sendo que os arquivos shapefile deverão vir acompanhados dos arquivos .PRJ.
- Detalhamento do Banco de dados - Não está previsto que os dados sejam estruturados em um banco de dados mas sim em uma “base de dados” composta de arquivos vetoriais e raster em formatos específicos. Apesar disso, deverá ser apresentada a documentação que possibilite o entendimento correto do conteúdo dessa base de dados. Esse documento deverá descrever a estrutura de diretórios utilizada, a nomenclatura dos arquivos, e os tipos de arquivos. As tabelas DBF associadas aos arquivos shapefile deverão ter suas colunas descritas quanto a estrutura e códigos utilizados, sendo que no mínimo deverá possuir uma coluna que indique a classe de cada polígono. Os arquivos shapefile do tipo “poligonal” deverão ser definidos como “polygon” não sendo aceitos tipos multipolígonos, Z ou M.

## E. DETALHAMENTO DAS CLASSES DE VEGETAÇÃO E USO

A interpretação das imagens de satélite deverá ser feita com o objetivo de separar as áreas naturais das áreas antropizadas. No mapa final deverão constar as seguintes classes de vegetação e uso:

- 1. Remanescentes da vegetação natural (por tipologia) - Área com predominância de vegetação natural relativamente homogênea. Podem compor esta classe áreas de floresta com extração seletiva de madeira, caça, pastoreio, extrativismo que, apesar da ocorrência da atividade, não afetam a integridade da vegetação natural, florestal ou campestre. Para a definição das tipologias de vegetação deverá ser utilizado o Mapa de Vegetação do IBGE;
- 2. Agricultura – Áreas onde a cobertura vegetal original foi substituída para dar lugar a atividade agrícola;
- 3. Campo antrópico - Áreas onde a cobertura vegetal original foi substituída para dar lugar a atividade pecuária;
- 4. Áreas urbanas - São aquelas áreas ocupadas por grandes manchas urbanas e áreas onde foi observado algum tipo de obra de engenharia, como construção de represas, obras para atender atividades de extração mineral, etc.
- 5. Reflorestamento - Áreas onde a cobertura vegetal original foi substituída para dar lugar a reflorestamentos;



## F. GLOSSÁRIO

Para os fins previstos neste Edital, entende-se por:

**ATIVIDADE:** são as principais linhas de ação do projeto.

**BIOMA:** 1.Conjunto amplo de ecossistemas adaptados às condições particulares em que se encontram, e caracterizados por fitofisionomias próprias. 2.Tipo de ecossistema terrestre regional, como uma floresta tropical, taiga, floresta temperada.

**PRODUTO:** item tangível proveniente da realização das atividades do projeto, por ex: mapas, relatórios, impressos, decreto de criação, etc.

**RESULTADO:** Conseqüência do cumprimento das atividades e da obtenção dos produtos.

**G. MODELO DOS QUADROS UTILIZADOS PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETO**

Quadro G1 - Detalhamento e Cronograma das Atividades											
Objetivo Específico (numerar)	Atividade (numerar)	Produto	Tarefa (numerar para cada atividade)	Cronograma de Execução (Anos e Meses)							
				1	2	3	4	5	6	7	8



<b>Quadro G3 – Consolidação da Programação Orçamentária</b>		
<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Fonte de Pagamento</b>	<b>Total</b>
<b>Despesas Correntes</b>		
Pessoal	CONTRAPARTIDA	
Material de Consumo	PROBIO	
	CONTRAPARTIDA	
Diárias	PROBIO	
	CONTRAPARTIDA	
Passagens e Despesas com Locomoção	PROBIO	
	CONTRAPARTIDA	
Outros Serviços Terceiros Pessoa Física	PROBIO	
	CONTRAPARTIDA	
Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	PROBIO	
	CONTRAPARTIDA	
Serviços de Consultoria	PROBIO	
	CONTRAPARTIDA	
Auxílio à Pesquisa	PROBIO	
SUBTOTAL DESPESAS CORRENTES	PROBIO	
	CONTRAPARTIDA	
<b>Despesas de Capital</b>		
Equipamentos e Material Permanente	PROBIO	
	CONTRAPARTIDA	
SUBTOTAL DESPESAS DE CAPITAL	PROBIO	
	CONTRAPARTIDA	
<b>TOTAL</b>	PROBIO	
	CONTRAPARTIDA	

OBSERVAÇÃO: Valores em reais (R\$). Desprezar os centavos.

<b>Quadro G4 – Equipe Técnica Principal</b>				
<b>Nome do Profissional</b>	<b>Função no Projeto</b>	<b>Dedicação (horas)</b>	<b>Instituição Empregadora</b>	<b>Fonte Pagadora</b>
1 -	Coordenador			